

CRISE DO NOVO DESENVOLVIMENTISMO E POLÍTICA ECONÔMICA BRASILEIRA (2015)

LEONARDO DE ARAÚJO E MOTA⁵⁰

RESUMO

O objetivo deste artigo é efetuar uma análise sociológica da crise do projeto novo desenvolvimentista no início do segundo mandato da presidente Dilma Rousseff considerando suas medidas de ajuste fiscal. Como método de pesquisa utilizou-se a pesquisa bibliográfica, tendo como recorte temporal o ano de 2015. Verificou-se como consequência da crise fiscal o retorno das políticas neoliberais ortodoxas para lidar com um quadro agudo de recessão econômica no Brasil.

Palavras-chave: Novo Desenvolvimentismo. Austeridade. Políticas Públicas. Dilma Rousseff. Crise.

CRISIS OF NEW DEVELOPMENTALISM AND BRAZILIAN ECONOMIC POLITICS (2015)

ABSTRACT

The objective of this article is to proceed a sociological analysis of the crisis of the new developmentalist project at the beginning of the second term of President Dilma Rousseff, considering its fiscal adjustment measures. The bibliographical research was used by research method, having for a temporal cut the year of 2015. The consequence of the fiscal crisis was the return of neoliberal orthodox policies to deal with an acute situation of economic recession in Brazil.

Keywords: New Developmentalism. Austerity. Public Policies. Dilma Rousseff. Crisis.

Introdução

No início do século XXI, líderes de partidos políticos de esquerda latino-americana foram eleitos utilizando um discurso de rejeição aos cânones neoliberais de muitos governos da década de 1990. Dessa forma, a retórica do desenvolvimentismo retornou

50. Doutor em Sociologia pela Universidade Federal do Ceará (UFC). Professor Adjunto do Departamento de Ciências Sociais (DCS) e Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional (PPGDR) da Universidade Estadual da Paraíba (UEPB).

à pauta das discussões acadêmicas e também das políticas públicas engendradas por esses governos. Esse novo modelo de desenvolvimento passou a ser denominado de Novo Desenvolvimentismo⁵¹. Os problemas sociais do continente deveriam agora ser atenuados através de uma política econômica capaz de combinar uma maior intervenção do Estado na economia com bons índices de competitividade, em um cenário de globalização dos mercados.

O presente artigo se constitui como uma análise sociológica dos projetos de desenvolvimento no Brasil das últimas décadas, tendo como foco principal a crise do Novo Desenvolvimentismo no início do segundo mandato da presidente Dilma Rousseff. O texto está dividido em três partes. Após esta introdução, a primeira parte apresenta, de maneira sumária, a evolução histórica e econômica do nacional-desenvolvimentismo das primeiras décadas do século XX até o novo desenvolvimentismo do início do século XXI analisando-os como mecanismos de produção, reprodução e conflitos das relações econômicas e sociais.

Na segunda parte, descrevemos, em termos gerais, o novo desenvolvimentismo no contexto do ajuste fiscal do início do segundo mandato de Dilma Rousseff em 2015, considerando circunstâncias anteriores. Na terceira parte, apresentamos como as medidas de ajuste fiscal produziram efeitos nas políticas públicas federais considerando suas consequências em diferentes conjunturas econômicas e políticas do Brasil da atualidade. Por fim, concluímos que tal conjuntura causou uma reviravolta política de amplo espectro econômico e ideológico no cenário nacional, ao ponto de surtir fortes efeitos de natureza neoliberal na política nacional de desenvolvimento cujos desdobramentos acirraram-se ao longo do ano de 2016, provocando grave crise institucional desde a recente redemocratização do Brasil e concomitante retração de várias políticas sociais do período novo desenvolvimentista e retorno de diretrizes de administração da economia mais alinhadas ao neoliberalismo ortodoxo.

2. Nacional-desenvolvimentismo e novo desenvolvimentismo

De 1930 a 1970, o nacional-desenvolvimentismo de países latino-americanos visaram a reduzir as relações de dependência dos produtos manufaturados provenientes dos países mais desenvolvidos (substituição de importações), como também atenuar as fontes do nosso “atraso social” como o predomínio do grande latifúndio, a pobreza e a grande concentração de riqueza. O nacionalismo e o Estado como propulsor desse projeto

51. O Novo Desenvolvimentismo é estudado através de várias vertentes, sendo a concepção do termo mais associada a um grupo denominado de “novos desenvolvimentistas” da Escola de Economia da Fundação Getúlio Vargas de São Paulo, sob a liderança do professor Luiz Carlos Bresser-Pereira (Cf. MATTTEI, 2013). Outros autores, como Alves (2014), Silva (2013), Sampaio Jr. (2012) e Pfeifer (2014) utilizam o termo “neodesenvolvimentismo” para designar o mesmo fenômeno. A título de padronização, utilizaremos aqui a palavra Novo Desenvolvimentismo.

de desenvolvimento eram fundamentais para seu êxito, tendo como grandes expoentes Getúlio Vargas e Juscelino Kubitschek, sendo o primeiro aquele que mais promoveu a industrialização do país através da intervenção do Estado na economia (keyneisianismo), tornando-se “figura central na construção do pacto e do Estado desenvolvimentista” (BRESSER-PEREIRA; THEUER, 2012, p. 815).

A estratégia nacional desenvolvimentista foi baseada no “pensamento cepalino”, que tinha como proposição para os países subdesenvolvidos a sua rápida industrialização para diminuir as diferenças entre os países ricos dos pobres de acordo com o avanço da diversificação industrial (COLISTETE, 2001). Tal industrialização era concebida como o único meio para o desenvolvimento dos países latino-americanos, tendo o Estado como planejador, financiador de blocos de investimento e produtor direto de insumos entrelaçado com empresas transnacionais na linha de frente desse processo.

Porém, estabelecer essa estratégia de desenvolvimento no Brasil não foi plausível pela ausência de uma “burguesia” de caráter empresarial capitalista racional, uma vez que a maioria das empresas da época (em grande proporção familiares) estava vinculada às práticas patrimonialistas e autoritárias que caracterizam a formação do Estado brasileiro, fato que inviabilizou uma política estatal efetiva e de longo prazo que estivesse acompanhada de um processo contínuo de inovação tecnológica (MARANHÃO, 2009).

O esgotamento do projeto nacional desenvolvimentista, também denominado de “populista” findou seu ciclo em uma grave crise financeira que atingiu seu ápice no final da década de 1970⁵². Na década de 1980, muitos países latino-americanos efetuaram suas transições de regimes ditatoriais para a democracia, mas as políticas desenvolvimentistas não eram mais capazes de operar satisfatoriamente em virtude da crise econômica que assolou a economia de muitos países latino-americanos na década de 1980.

Na década de 1990, Fernando Henrique Cardoso (FHC) assume a presidência no Brasil, tendo como principal “cabo eleitoral” os efeitos positivos da estabilização da economia após a implantação do Plano Real. As principais pautas eram debelar a hiperinflação; estabilizar a economia e aumentar o poder de compra do salário mínimo, além de “reformular” o Estado através de um amplo programa de privatizações e reengenharias.

As décadas de 1990 e início do século XXI também foram marcadas por recorrentes e sistêmicas crises econômicas mundiais. A crise do peso mexicano, de 1994-95, a crise financeira do Brasil, de 1999, o colapso dos mercados de ações dos EUA, de 2000, as quais ilustram o potencial desestabilizador que essas crises têm sobre as formas de regulação da acumulação capitalista global e de sua relação com o Estado.

52. O mundo capitalista desenvolvido também foi afetado pela crise mundial do petróleo, ocorrida nos “choques” de 1973 e 1979, seguindo-se daí a estagflação que findou por resultar na ascensão do neoliberalismo a partir dos anos 1980 na Inglaterra e Estados Unidos (Cf. HOBBSAWN, 1995).

Como consequência, na América Latina, o início do século XXI houve a vitória eleitoral de uma série de líderes políticos de esquerda como Hugo Chávez (Venezuela), Michele Bachelet (Chile), Nestor Kirchner (Argentina) e Luís Inácio Lula da Silva (Brasil), que se utilizaram de um discurso de combate ao neoliberalismo e à consequente apologia ao “Estado-mínimo”. Tais líderes também se afirmavam como capazes de romper com a dependência externa e construir um “consenso” que articularia desenvolvimento econômico, democracia, diversidade cultural e igualdade de oportunidades (BRAND; SECKLER, 2010). Conforme salienta Castelo Branco (2009), o objetivo dos novos desenvolvimentistas no Brasil seria:

[...] entrar, como uma espécie de Terceira Via, na disputa pela hegemonia ideológica para a consolidação de uma estratégia de desenvolvimento alternativa aos modelos em vigência na América do Sul, tanto ao “populismo burocrático”, representado pelos setores arcaicos da esquerda e partidários do socialismo, quanto à ortodoxia convencional, representada por elites rentistas e defensores do neoliberalismo. (CASTELO BRANCO, 2009, p. 74)

O mesmo autor resume os componentes econômicos, políticos e ideológicos desse novo modelo de desenvolvimento:

Em síntese, o Estado deve garantir condições macroeconômicas e salvaguardas jurídicas que reduzam a incerteza do ambiente econômico, propiciando um horizonte mais previsível do cálculo de risco do investimento privado, e aumentando, por sua vez, a demanda por fatores de produção, o emprego e os ganhos dos trabalhadores. Assim, o Brasil reduzirá a pobreza e a desigualdade social. O projeto novo-desenvolvimentista de intervenção na “questão social”, portanto, baseia-se no crescimento econômico e na promoção da equidade social via a igualdade de oportunidades. Esta é, grosso modo, a utopia da intelligentsia novo-desenvolvimentista. (CASTELO BRANCO, 2009, p.78)

Nesse sentido, o novo desenvolvimentismo pode ser interpretado como uma estratégia de desenvolvimento conduzida pelo Estado dentro do cenário neoliberal que se afirma tanto em nível nacional quanto internacional. No entanto, não se trata do neoliberalismo dos anos 1990 do governo Fernando Henrique Cardoso e similares, uma vez que o novo desenvolvimentismo, que está geralmente associado aos governos petistas (Lula e Dilma), busca potencializar os gastos estatais na “esfera social” mesmo mentendo muitas orientações macroeconômicas neoliberais na economia, fato que conduz a fortes contradições.

Assim, durante a implantação de várias políticas de inclusão social de combate à pobreza, do aumento do emprego formal e acesso ao crédito, o PT não logrou realizar uma mudança significativa do ponto de vista ideológico em relação à lógica do capitalismo global e de suas bases fundamentais de superexploração dos trabalhadores assalariados (BRAGA, 2012). Sobre esse aspecto da conjuntura do novo desenvolvimentismo, Alves (2014) também comenta que:

A apologética do neodesenvolvimentismo proclama a positividade indiscutível da redução da desigualdade de renda e a ampliação do mercado de consumo interno por meio do crescimento da formalização do mercado de trabalho, aumento do salário mínimo e dos programas de transferência de renda e ampliação de renda para o subproletariado pobre (Bolsa-Família). Entretanto, é importante lembrar que o consumo não é inerentemente emancipador; pelo contrário, a expansão do crédito que incentiva a vida para o consumo, veículo de expansão do feitichismo da mercadoria, exerce um efeito ideológico perverso na consciência das massas populares, adequando-as espiritualmente à política de reiteração da ordem burguesa como único horizonte histórico possível [...] proliferou o culto da cidadania de consumo das massas proletárias, imbecilizadas pelo assédio espiritual-moral das igrejas neopentecostais e pela manipulação cotidiana dos mass-media que as incentiva a consumir gadgets tecnológicos adquiridos nos shoppings populares. (p. 143)

Para alcançar uma distinção verdadeiramente incisiva em torno das distinções entre o Estado neoliberal brasileiro do governo FHC na década de 1990 e os governos pós-neoliberais dos governos Lula e Dilma, adentra-se um campo eivado de controvérsias. Em princípio, para combater a tese segundo a qual o governo FHC teria seguido a cartilha neoliberal do “Estado-mínimo” e valendo-se de uma série de dados estatísticos referentes aos gastos públicos durante seu governo, Cardoso (2010, p. 212) observa que, em seu governo, “[...] os gastos com a máquina pública para sustentar políticas sociais foram contínuos [...] nos governos de Itamar Franco e FHC e tiveram continuidade no governo Lula”. Dessa forma, a implementação de várias políticas sociais previstas na Constituição de 1988 ocorreram durante os governos Itamar Franco e FHC, porém foram ampliadas nos governos petistas, seja pela própria por via de imposição jurídico institucional ou por decisões pontuais de políticas engendradas do poder executivo na Era Lula.

Alves (2014), por sua vez, apresenta algumas diferenças que devem ser consideradas entre os governos do PSDB e do PT. Primeiro, a amplitude das políticas de transferência de renda visando fortalecer o mercado interno difere sobremaneira da abrangência alcançada pelo projeto neoliberal dos anos 1990. Segundo, embora os governos petistas tenham mantido pragmaticamente o tripé macroeconômico neoliberal (metas de inflação, câmbio

flexível e superávit primário), eles rejeitaram medidas de austeridade na economia.

No que tange à administração pública, ao contrário da Era FHC, durante a Era Lula várias categorias de servidores públicos obtiveram aumentos salariais e novos concursos públicos foram realizados. Por fim, os governos petistas optaram por uma postura independente com relação à política exterior norte-americana, buscando alianças com os governos bolivarianos da América Latina (Venezuela, Equador e Bolívia) e países do BRICS (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul).

A questão social no contexto do novo desenvolvimentismo seria composta por intermédio de um pacto social que contemplasse bons índices de competitividade, crédito acessível e políticas sociais de enfrentamento da pobreza. Entretanto, alguns autores como Antunes (2006), Sampaio Jr. (2012), Amaral (2014), Luce (2013), Mota (2012; 2015), entre outros, vislumbram as políticas novo desenvolvimentistas como uma “falácia”, tendo em vista que o cenário macroeconômico influenciado por este modelo de desenvolvimento permanece atrelado às diretrizes macroeconômicas do neoliberalismo.

Apesar dessas mudanças de eixo do Partido dos Trabalhadores em relação ao governo antecessor acerca da ênfase nas políticas neoliberais, a democracia no Brasil ainda permaneceu refém da influência dos poderes oligárquicos, perpetuando a permanência do fisiologismo no âmbito da Administração Pública (MARTINS, 2016). A participação popular ao longo do período novo desenvolvimentista, mesmo com as políticas de transferência de renda ao subproletariado, permaneceu frágil e refém de um sistema político que parecia operar por si só, amiúde distante das reivindicações por melhores serviços públicos na área da educação, saúde, segurança pública, gerando ondas de insatisfação popular (embora dispersas em suas reivindicações) que findaram nas manifestações de junho de 2013, nas quais inclusive bandeiras partidárias ou de movimentos sociais e sindicais foram repudiadas (MARICATO et. al., 2013; GOHN, 2014).

Nesse sentido, apesar de alguns avanços sociais em relação à diminuição da pobreza extrema, da expansão do mercado interno e do aumento do emprego formal que caracterizaram a primeira década dos governos Lula e Dilma, o projeto novo desenvolvimentista de Estado do governo PT desenvolveu-se no interior de um sistema político degradado e fisiológico, como também no interior de uma crise estrutural do capital não sendo capaz de superar em maiores dimensões os entraves econômicos e políticos geradores do atraso no país desde tempos imemoriais.

Em 2014, depois da onda difusa de descontentamento que mobilizou milhares de manifestantes em várias cidades brasileiras em junho de 2013, o debate sobre a ineficácia das políticas públicas e os escândalos de corrupção foi transferido para a campanha eleitoral

das eleições presidenciais de 2014, na qual o PSDB e o PT se confrontaram novamente pelo poder.

Enquanto o PSDB defendia o retorno de um projeto de desenvolvimento mais identificado com as políticas da Era FHC, o PT, por sua vez, baseava sua campanha na defesa da continuidade do projeto novo desenvolvimentista. Ambos os partidos apresentavam suas propostas nos moldes semelhantes às disputas anteriores, em um momento em que a economia já apresentava sinais de queda. Em uma disputa acirrada, Dilma Rousseff elegeu-se no segundo turno e a expectativa de seus eleitores era, em grande medida, a retomada do crescimento econômico vigoroso dos anos anteriores e a ampliação e manutenção das políticas sociais que deram sustentação ao ciclo lulista de desenvolvimento.

Nas eleições de 2014, com a economia cambaleante e incapaz de recuperar-se após as medidas anti-cíclicas implementadas pelo governo federal, Dilma Rousseff venceu as eleições de 2014 por uma diferença de apenas 3,6 por cento dos votos para exercer seu segundo mandato, quando adotou imediatas medidas de austeridade na administração pública, cujos efeitos contrariaram sua base de apoio no PT e outros aliados políticos (CARVALHO, 2018).

3. Novo desenvolvimentismo em crise e austeridade no segundo mandato de Dilma Rousseff

A discussão sobre a implementação de medidas de ajuste fiscal no início do segundo mandato do governo de Dilma colocadas a cargo do recém-nomeado Ministro da Fazenda Joaquim Levy enfrentou de imediato uma forte resistência no interior da própria base petista no Congresso Nacional, como entre outros partidos. As medidas de ajuste fiscal contrariavam as promessas fundamentais da campanha de Dilma, uma vez que elas enfraqueciam a continuidade do projeto dos governos petistas no sentido de conciliar crescimento econômico com equidade social, sem relegar as orientações básicas base fundamental do novo desenvolvimentismo (JERONIMO, 2015). Uma das hipóteses sobre o estopim para a necessidade de implementar o ajuste foi um déficit de 0,6% do PIB brasileiro, em 2014, após 17 anos de superávits consecutivos (CARLEIAL, 2015).

Na medida em que a arrecadação era cada vez menor e por isso os cortes no orçamento revelavam-se necessários, foi também cogitada a volta da CPMF⁵³. O ministro Barbosa, do Planejamento, como também Aloizio Mercadante, passaram a defender a aprovação do orçamento mesmo com déficit, usando o argumento de que não havia espaço

53. Esta sigla significa Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira, um tributo cobrado por todas as movimentações financeiras feitas por pessoas jurídicas e físicas. Esta cobrança incidia sobre as movimentações bancárias dos contribuintes e vigorou entre 1996 e 2007.

para cortes de gastos uma vez que muitas despesas do governo relativas a várias políticas públicas seriam determinadas por lei. O Congresso Nacional se tornava cada vez mais dividido em relação a essas medidas e as tentativas de negociação improváveis. Na esteira de tais acontecimentos, Joaquim Levy “[...] perdeu várias disputas no governo e algumas votações no Congresso. A cada derrota, parecia mais fragilizado diante de uma gestão que hesitava em cortar mais gastos, e ainda sujeito às admoestações petistas, que nunca engoliram seu nome” (GASPAR, 2015, p. 11).

Os empresários, por sua vez, alertavam que o país com um grande rombo nas contas iria perder o selo de bom pagador das agências de risco internacionais, o que de fato aconteceu posteriormente. Isso sem considerar as críticas sobre o aumento de impostos, que, para os empresários, somente agravaria o quadro recessivo. A consternação foi geral e, após 11 meses no cargo, Levy renuncia.

Cabe lembrar novamente que os objetivos da macroeconomia na definição da política econômica petista seriam basicamente o crescimento da produção nacional, a manutenção de taxas elevadas de emprego e a estabilidade de preços e constantes investimentos em políticas públicas em várias áreas. Dentro desse modelo, políticas de austeridade representam um contrasenso interno na gestão econômica e política do país. Na primeira década do século XXI, sob os governos do presidente Lula, o Brasil havia superado a categoria de um país “subdesenvolvido” para a condição de “emergente”, sendo a condução de sua economia elogiada por várias lideranças mundiais por sua capacidade de conciliar crescimento econômico e redução da pobreza. Conforme observa Singer (2015) sobre esse período de bonança econômica e distribuição de renda:

Em 2010, o Brasil crescia a 7,5%, o desemprego, que era de 10,5% em 2002, caíra para 5,2% e o salário mínimo valia 54% mais do que no final da era Fernando Henrique Cardoso [...] Viagens de avião, tratamento dentário, automóvel e diploma universitário se tornaram acessíveis às camadas populares. A casa própria, ainda que de qualidade e localização duvidosas, colocava-se ao alcance da baixíssima renda. O ex-operário deixava a presidência com 80% de aprovação e era chamado como “o cara” por ninguém menos que Barack Obama, herdeiro tardio do rooseveltianismo democrata americano [...] as gestões Lula e Dilma acabariam por propiciar um acréscimo total de mais de 30% no poder de compra dos empregados. O salário mínimo acumulava valorização real de 72% (2002-2014). (SINGER, 2015, p.31)

Mas o debate sobre o lulismo não se restringe apenas ao aspecto econômico, pois outros fatores ideológicos, jurídicos e políticos foram tão importantes quanto os econômicos. O Partido dos Trabalhadores, embora tenha vivenciado várias transições ideológicas até

a eleição de Lula, a sigla ainda carregava um significativo componente classista, que era fortemente explorado nas disputas eleitorais. Mas como não havia mais o desempenho ascendente econômico do lulismo, aos poucos, observava-se o arrefecimento do ciclo desenvolvimentista dos anos anteriores. O descumprimento das promessas eleitorais de Dilma e a piora nos indicadores econômicos resultaram em uma rápida queda de sua aprovação junto à opinião pública. Assim como já havia acontecido com José Sarney e Fernando Henrique Cardoso também em contextos de crise econômica, Dilma Rousseff viu a sua aprovação cair de 42% em outubro de 2014 para 8% em agosto de 2015 (SINGER, 2015).

Dessa forma, em função do esgotamento da capacidade orçamentária do Estado de manter vários programas sociais no mesmo ritmo de crescimento e expansão da Era Lula, no segundo mandato de Dilma, por conta do ajuste final, foi anunciado um corte de gastos de 70 bilhões de reais no orçamento, atingindo o Programa de Aceleração do Crescimento, a saúde (gasto e possível suspensão da Farmácia Popular), educação (suspensão de bolsas de pós-graduação, atraso na transferência de verbas para universidades), restrições no financiamento do Fies, Pronatec e do Programa Ciência sem Fronteiras.

4 Políticas públicas e crise sistêmica

Lula se dedicou seus primeiros anos do mandato a conter as pressões inflacionárias que, desde 2002, estavam causando a desvalorização cambial de modo que o Brasil retomou o seu crescimento econômico por intermédio da demanda externa, ancorada em grande medida na exportação de commodities. Por consequência houve crescimento com as medidas de recuperação de crédito e a retomada de investimentos produtivos, ocasionando o aumento do consumo (além das políticas de transferência de renda), valorização cambial e criação de empregos formais. Na primeira fase da era Lula-Dilma, entre 2004 e 2011, a taxa média de crescimento do PIB ficou em 4,3%, segundo o IBGE (CARLEIAL, 2015).

Com a continuidade da política expansionista, o ano de 2006 foi marcado por um aumento recorde do salário mínimo e criação de 1,5 milhão de empregos para “Classe C”. Enquanto na “Era FHC” houve o fenômeno do desemprego em massa, quando entre 1989 e 1999, a quantidade de desempregados saltou de 1,8 milhão para 7,6 milhões, sob o governo Lula da Silva, em 2009, houve uma expansão de empregos, embora de baixa remuneração. 59% de todos os postos de trabalho no Brasil estavam concentrados na faixa de 1,5 salário mínimo (BRAGA, 2012).

Em 2007, foi lançado o PAC (Programa de Aceleração do Crescimento) que contemplou investimentos públicos em diversas áreas de infraestruturas como ferrovias, refinarias, hidrelétricas e na Petrobras⁵⁴. Houve também a ampliação do Programa Bolsa Família, tanto no número de contemplados quanto no aumento de valores em Reais. Segundo Singer (2012, p. 64), “entre 2003 e 2006, o Bolsa Família viu seu orçamento multiplicado por treze, pulando de 570 milhões de reais para 7,5 bilhões de reais, e atendia a cerca de 11,4 milhões de famílias perto da eleição de 2006”.

O aumento do salário real médio passou a crescer significativamente em 2004. E, mesmo com a crise internacional, o PIB não deixou de crescer, nem houve déficit de empregos formais. Em 2009, com o impacto da crise internacional, o país reagiu com políticas anticíclicas como a ampliação do Programa Bolsa Família e investimentos através dos bancos públicos. Em 2011, houve uma desaceleração nesses índices, mas sem maiores agravos em função das políticas de incentivo ao consumo, principalmente na construção civil, comércio, serviços privados e empregos na administração pública. Isso gerou expectativas, mas seguia um quadro preocupante sobre os rumos da economia do país e do mercado de trabalho, sobretudo pelo baixo crescimento verificado nos países emergentes, uma conjuntura importante que foi em parte ignorada pelo governo Dilma (CARLEIAL, 2015).

Então, manter a política de aumento de juros foi fator crucial para o início do mandato de Dilma Rousseff. Sua equipe econômica achou viável recorrer às então denominadas medidas “macroprudenciais” (abortar o crescimento do crédito, desacelerar o consumo de bens duráveis e ampliar o superávit primário) que findaram por debilitar o consumo, provocando redução de investimentos privados, tudo isso ocorrendo sob um duro cenário de oposição da grande imprensa contra o governo. Na medida em que o governo tentava reverter o quadro recessivo, o círculo virtuoso do lulismo já apresentava claros sinais de esgotamento. O desemprego, um “fastasma” que parecia um retrado do passado neoliberal de FHC, passou de 5,0% para 7,6% entre agosto de 2014 e agosto de 2015 (CARLEIAL, 2015).

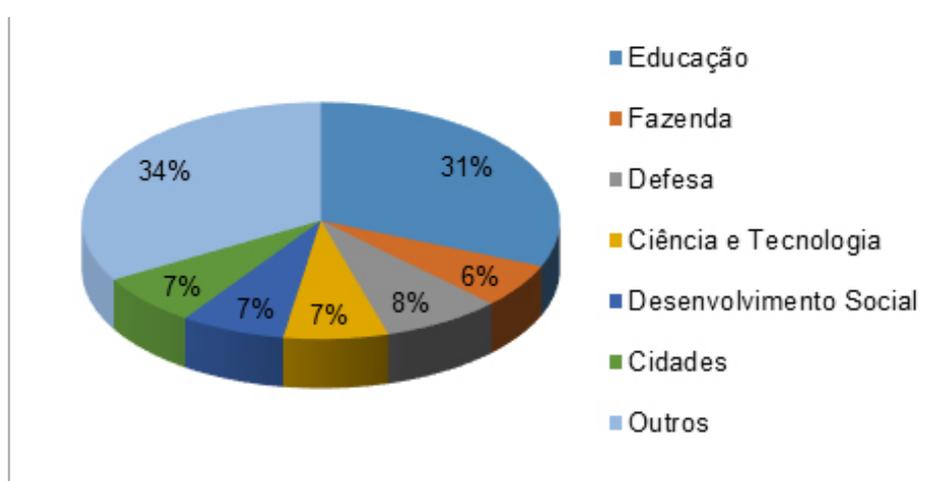
O segundo mandato de Dilma iniciou com um corte de 31% na educação (Gráfico 1). Os cortes na área da educação, particularmente, tiveram um grande impacto político e simbólico sobre o governo, pois Dilma Rousseff em sua campanha para reeleição tinha como principal slogan transformar o Brasil em uma “Pátria Educadora”. O Ministério da Educação passou a ser o mais atingido dos então 39 ministérios que sofreram cortes de gastos, os quais foram equivalentes a R\$ 7 bilhões de reais em 2015. Para gastos com a dívida pública, entretanto, foram reservados R\$ 1,3 trilhão. Além disso, foram também efetuadas medidas de endurecimento das regras para a concessão de direitos como o

54. Para maiores informações, ver: <<http://www.pac.gov.br/sobre-o-pac>>. Acesso em 05 mai. 2017.

seguro-desemprego e o auxílio-doença (APUFPR - SSIND, 2015).

Os encargos com os custos da dívida pública findaram por ter espaço privilegiado no orçamento. A ideologia do novo desenvolvimentismo de conciliar crescimento econômico com a redução das desigualdades sociais parecia ter perdido espaço para as exigências das políticas de austeridade. O endividamento do aparato novo desenvolvimentista se confrontava agora com sua mais grave crise orçamentária.

Gráfico 1: Corte de gastos no início do mandato de Dilma Rousseff (2015)



Fonte: Informativo APUFPR-SSIND | Nº 118 | Janeiro de 2015. (Adaptado)

Medidas de austeridade fiscal adotadas pelo governo de Dilma Rousseff (que eram aguardadas no caso de vitória do candidato do PSDB) não podem ser tidas como progressistas no sentido de promover uma maior equidade social nos moldes de uma estratégia social-democrata de desenvolvimento, como também não garantem o efetivo crescimento do país, uma vez que na maioria dos países em que tais políticas foram aplicadas, como em Portugal pós-crise de 2008, houve baixo crescimento econômico, altos índices de desemprego, alto endividamento nas famílias e encolhimento de diversas redes de proteção social (SANTOS, 2011).

A via de crescimento pautada pelos governos novo desenvolvimentistas seria através da redução da linha de pobreza por meio dos programas que pudessem promover o desenvolvimento social pela via do consumo e aumento do acesso a crédito. Incrementando o mercado interno, haveria o aumento da arrecadação e, conseqüentemente, maiores seriam os recursos para o Estado investir em políticas públicas cada vez mais abrangentes.

Para Silva (2013), porém, essas estratégias de crescimento econômico e de inserção no sistema internacional reincidentem na condição de dependência e heteronomia e, em verdade, obliteram a sua proposta de desenvolvimento. O crescimento econômico no Brasil, com tais medidas de desenvolvimento, acaba promovendo lucros às transnacionais e aos financistas e não cumprem o seu papel de diminuição das desigualdades sociais. Programas de transferência de renda existentes atualmente em vários países da América Latina obtiveram alguma eficácia em erradicar focos de pobreza extrema, mas isso não atingiram uma redução significativa das desigualdades sociais (MOTA, 2012).

Embora o Programa Bolsa Família tenha sido uma política pública que se revelou eficaz para reduzir um quadro crônico de miséria que já assolava o Brasil desde épocas imemoriais, pesquisas demonstram que muitos de seus beneficiários decidiram votar a favor de Dilma em 2010 em consequência do recebimento do benefício, fato que revela que essa intervenção do Estado na economia não se restringe apenas ao seu aspecto social, mas possui um manifesto componente eleitoral (ARQUER, 2013; SINGER, 2012). Além disso, ao mesmo tempo em que os programas de transferência de renda são funcionais ao governo política e ideologicamente, eles também servem ao mercado.

Neste sentido, Silva 2013 (p. 101-102) comenta:

Eis, pois, as razões pelas quais o governo “neodesenvolvimentista” elege a Assistência Social como política pública central na proteção social e aos programas de transferência de renda aos mais pobres como principais estratégias dessa proteção. Assim, o modelo brasileiro de Seguridade Social devolve à esfera privada os direitos comuns de propriedade sobre o bem-estar que foram conquistados pela luta do trabalho, atendendo às requisições da acumulação espoliativa do capital, no seu novo estágio de imperialismo [...] por outro lado, a Assistência Social brasileira, assentada na transferência de renda e financiada por um fundo público oriundo, prioritária e maciçamente, das contribuições sobre a renda do próprio trabalho, se incumbe de assumir o ônus da promoção da justiça social proposta pelo governo “neodesenvolvimentista”, arcando com os custos de manutenção da superpopulação relativa.

Existe atualmente uma tendência ao retorno do desenvolvimentismo em alguns países de renda média no sentido de redefinir seu projeto nacional de desenvolvimento em detrimento das antigas políticas neoliberais, muito embora a lógica do capital ainda permeie a conjuntura sob a qual tais projetos foram elaborados. Em grande medida, tais países articulam projetos que se revelem ser capazes de realizar reformas institucionais importantes e adotar políticas macroeconômicas que busquem conciliar a redução da pobreza com a competitividade no mercado nacional e internacional para construir um

Estado que promova um novo acordo social dentro das condições atualmente postas pela globalização.

No entanto, tomando a globalização como um fenômeno no qual o mercado tende a ter proeminência sobre o Estado, cabe ressaltar que “o discurso do financismo insiste em ressaltar os aspectos associados ao descompasso entre a capacidade arrecadadora do Estado e as necessidades de realização das despesas” (KLIASS, 2015, p. 11). Assim, qualquer aumento nos gastos em políticas públicas é considerado uma ameaça ao equilíbrio fiscal do Estado, que deve ser administrado em moldes semelhantes aos adotados por uma empresa privada, estimulando a adoção de um “modelo tecnocrático despolitizado, em que banqueiros e outros especialistas têm permissão para esmagar a democracia” (ZIZEK, 2012, p. 23).

Países mais pobres tentam adotar políticas desenvolvimentistas, mas muitas vezes carecem de base estrutural, como baixos níveis de educação, precarização da força de trabalho, distanciamento entre povo e as instituições, dificuldades de financiamento com poupança interna etc. Em grande medida, sobretudo no caso brasileiro, o problema reside nas dificuldades de implementar e fiscalizar políticas públicas consistentes no interior de uma cultura política patrimonialista, assistencialista e de baixa credibilidade nas instituições governamentais e agentes políticos. Não obstante, cabe também recordar que as elites economicamente mais favorecidas e os países mais ricos (geralmente protecionistas) também podem avaliar tais iniciativas como uma ameaça a seus interesses.

Nesse sentido, a preservação do mercado de trabalho seria essencial, pois os conflitos da democracia devem ir além de apenas apontar um governo como incompetente e irresponsável. Nos primeiros 10 anos do Partido dos Trabalhadores, no poder do governo Lula, houve uma conjuntura econômica externa favorável para que o partido pudesse ampliar políticas sociais e garantir o compromisso econômico, mesmo que, para isso, tivesse de realizar coalizões com partidos conservadores e desmobilizar os conflitos sociais através de políticas redistributivas endereçadas ao subproletariado (SINGER, 2012; MOTA; SILVA, 2016).

Somando-se às denúncias de corrupção de integrantes do PT e de sua base de apoio na Petrobras e Odebrecht (Operação Lava Jato), o aumento das taxas de juros, a queda dos índices de crescimento econômico, o retorno da inflação e do desemprego, entre outros fatores políticos de ordem partidária, ideológica, moral e midiática, findaram por inviabilizar a continuidade do Partido dos Trabalhadores (PT) à frente da presidência da república a qual foi excluída do cargo em 31 de agosto de 2016, encerrando o predomínio de um modelo econômico que estava em curso desde a ascensão de Lula à Presidente de República em 2003 (NETO, 2016).

A “economia aquecida” permitiu gastos públicos correntes, aumento do salário mínimo, geração de postos de trabalhos, diminuição das desigualdades e pobreza, com índices maiores daqueles da década de 1990. No entanto, o esgotamento da capacidade orçamentária do Estado para sustentar o crescimento econômico com “inclusão social”, o constante bombardeamento da mídia sobre o envolvimento de governistas em escândalos de corrupção, as constantes manifestações públicas de insatisfação com a conjuntura política e social, a recessão econômica com efeitos deletérios como a volta da inflação e do desemprego geraram um quadro crítico para a manutenção da governabilidade da presidente Dilma Rousseff em seu segundo mandato e por consequência verificou-se o avanço do populismo de direita que atualmente representa uma significativa tendência em alguns sistemas democráticos no mundo (LEVINTSKY; ZIBLATT, 2018).

Considerações finais

Apesar do novo desenvolvimentismo se apresentar como um projeto alternativo às políticas neoliberais da década de 1990, que preconizavam a redução da interferência do Estado na economia, suas políticas não se diferenciaram, em alguns aspectos, do neoliberalismo ortodoxo. Embora no caso brasileiro as tentativas de conciliar crescimento econômico com a redução das desigualdades tenham obtido algum êxito durante a fase de bonança dos governos da Era Lula, o agravamento da crise internacional e a queda do preço das commodities, além de outros fatores estruturais históricos da política brasileira, conduziu à uma grave crise fiscal no Estado tornando-se cada vez mais difícil mantê-las nos mesmos patamares dos anos anteriores.

No âmbito político, na medida em que o Partido dos Trabalhadores (PT) ao concorrer às eleições de 2002 se distanciou de suas orientações doutrinárias de origem e, em nome da “governabilidade” e realizou uma série de alianças com partidos conservadores, não rompendo com a lógica do capitalismo e aderindo ao fisiologismo como práxis política, a sigla perdeu muito de sua identidade como partido da esquerda brasileira.

No campo econômico, ao conduzir uma política de acumulação de capital pela isenção de impostos para grandes empresas, incentivo ao crédito, políticas focalizadas de transferência de renda e estímulo ao consumo, o projeto de Estado conduzido pelo PT findou por tornar-se refém da própria lógica do “neoliberalismo ortodoxo”. Neste sentido, o novo desenvolvimentismo, em alguns aspectos, pareceu identificar-se mais como uma proposta de crescimento dos lucros por intermédio de desonerações tributárias, estímulo à especulação do capital financeiro e elevação dos índices econômicos do que um projeto de desenvolvimento nacional consistente e de longo prazo.

Em 2014, com o agravamento da crise econômica e política, o Partido dos Trabalhadores perde sua força junto ao Congresso Nacional e alguns setores da opinião pública, embora tivesse logrado a reeleição de Dilma Rousseff. Acirram-se no país os “radicalismos” e as divisões políticas que asseguravam a governabilidade do mandato anterior. A popularidade da presidente despenca. Problemas como o desemprego e o aumento da inflação passam a fazer parte, novamente, da preocupação dos brasileiros, aumentando o desgaste do governo, que, por sua vez, anunciou medidas de ajuste fiscal que não foram bem recebidas seja pelos eleitores, como pela sua base de apoio no Congresso Nacional.

As medidas de ajuste fiscal anunciadas em 2015 provocaram uma consternação generalizada no amplo espectro político da esquerda brasileira, como também sobre a economia e a sociedade em geral, fato que em parte precipitou o país em uma crise institucional e econômica que findou em um processo de impeachment que findou por beneficiar grupos políticos mais alinhados à ortodoxia neoliberal e ao populismo de direita. Tal conjuntura provocou uma retração das políticas sociais do período novo desenvolvimentista e levou o país a “retroalimentar” um novo círculo de dependência das nações mais desenvolvidas, tanto em termos econômicos, como tecnológicos e políticos.

Recebido em: 20 de março de 2019.

Aprovado em: 13 de maio de 2019

Referências

ALVES, Giovanni. Trabalho e Neodesenvolvimentismo: choque de capitalismo e nova degradação do trabalho no Brasil. Bauru: Canal 6, 2014.

AMARAL, Angela Santana. Configurações contemporâneas dos conflitos classistas: experiências brasileiras no contexto neodesenvolvimentista. 2014. Disponível em: <http://actacientifica.servicioit.cl/biblioteca/gt/GT18/GT18_SantanaDoAmaral.pdf>. Acesso em: 24 abr. 2014.

ANTUNES, Ricardo (Org.). Riqueza e miséria do trabalho no Brasil. São Paulo: Boitempo, 2006.

APUFPR - SSIND, Informativo. Educação: Mandato de Dilma já inicia com corte de 31% na educação. Ed. nº 118. jan, 2015.

ARQUER, Monize. O voto em Dilma Rousseff nas eleições presidenciais de 2010. Revista Brasileira de Direito Eleitoral e Ciência Política. Tribunal Regional Eleitoral do Paraná. Núcleo de Pesquisa em Sociologia Política Brasileira (UFPR), v. 2, n. 3, pp. 415-440, Curitiba: TER, 2013.

AREND, Marcelo. Mais 4 anos de ajuste fiscal e 40 anos sem mudança estrutural. Revista Política Social e Desenvolvimento. Série Especial: Austeridade Econômica e Questão Social. Ed. nº 21. Disponível em: <www.revistapoliticasocialedesenvolvimento.com> Acesso em: ago. 2015.

BRAGA, Ruy. A política do precariado: do populismo à hegemonia lulista. São Paulo: Boitempo: USP Programa de Pós-Graduação em Sociologia, 2012.

BRAND, Ulrich; SECKLER, Nicola (Orgs.). Diante da crise global: horizontes do pós-neoliberalismo. Rio de Janeiro: UERJ, 2010.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. Reflexões sobre o Novo Desenvolvimentismo e o Desenvolvimentismo Clássico. Revista de Economia Política, vol. 36, nº 2 (143), pp. 237-265, abril - junho/2016.

_____; THEUER, Daniela. Um Estado novo-desenvolvimentista na América Latina? Economia e Sociedade, v. 21, Número Especial, pp. 811-829, dez. 2012.

CARDOSO, Henrique. Xadrex internacional e social-democracia. São Paulo: Paz e Terra, 2010.

- CARVALHO, Laura. Valsa brasileira: do boom ao caos econômico. São Paulo: Todavia, 2018.
- COLISTETE, Renato Perim. O desenvolvimentismo cepalino: problemas teóricos e influência no Brasil. *Estudos Avançados*, v. 15, n. 41, pp. 21-34, 2001.
- CARLEIAL, Liana Maria de Frota. Política econômica, mercado de trabalho e democracia: o segundo governo Dilma Rousseff. *Estudos Avançados*, v. 29, n. 85, pp. 201-214, 2015.
- CASTELO BRANCO, Rodrigo. O novo-desenvolvimentismo e a decadência ideológica do estruturalismo latino-americano. *Oikos*, Rio de Janeiro, v. 8, n. 1, pp.71-91, 2009.
- GASPAR, Malu. A morte e o morte de Joaquim Levy. *Revista Piauí*, número 111, dezembro 2015.
- GOHN, Maria da Glória. Manifestações de junho de 2013 e praças dos indignados no mundo. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.
- HOBBSBAWN, Eric. Era dos Extremos. O breve século XX: 1914-1991. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- JERONIMO, Josie. Levy sob fogo cruzado. *Isto É*, São Paulo, 05.03.2015. Disponível em: <http://istoe.com.br/407826_LEVY+SOB+FOGO+CRUZADO/>. Acesso em: 20 mar. 2015.
- KLIASS, Paulo. A democracia não cabe no orçamento. In: FAGNANI, Eduardo et. al. As demandas sociais da democracia não cabem no orçamento? (Parte III). *Revista Política Social e Desenvolvimento*, n. 29, ano 03, dezembro 2015.
- LEVINTSKY, Steven; ZIBLATT, Daniel. Como as democracias morrem. Rio de Janeiro: Zahar, 2018.
- LUCE, Mathias Seibel. Brasil: nova classe média ou novas formas de superexploração da classe trabalhadora? *Trab. Educ. Saúde*, Rio de Janeiro, v. 11, n. 1, pp. 169-190, jan./abr. 2013.
- MARANHÃO, César Henrique Miranda Coelho. O “novo” ciclo ideológico do desenvolvimento: A reconstrução do projeto político burguês e as estratégias de desenvolvimento econômico e social no Brasil. 2009, 374 p. Tese de Doutorado. Programa de Pós-graduação em Serviço Social. Universidade de Pernambuco, Recife.
- MARICATO, Ermínia et. al. Cidades rebeldes: passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil. São Paulo: Boitempo, 2013.
- MARTINS, José de Souza. Do PT das lutas sociais ao PT do poder. São Paulo: Contexto, 2016.

MATTEI, Lauro. Gênese e agenda do novo desenvolvimentismo brasileiro. *Revista de Economia Política*, vol. 33, n. 1 (130), pp. 41-59, janeiro-março/2013.

MOTA, Ana Elizabete (Org.). *Desenvolvimentismo e construção de hegemonia: crescimento econômico e reprodução da desigualdade*. São Paulo: Cortez, 2012.

MOTA, Leonardo de Araújo e. O novo desenvolvimentismo e a questão social na atualidade. *Polêm!ca*, v. 15, pp. 01-12, julho, agosto e setembro 2015.

MOTA, Leonardo de Araújo e; SILVA, Flávio José Souza. 10 anos do Partido dos Trabalhadores no poder (2003-2013): ideologia, política e sociedade no Brasil em tempos de pós-neoliberalismo. *Crítica e Sociedade. Revista de Cultura Política*, v. 5, n. 2, pp. 196-214, junho 2016.

NETO, Octavio Amorim. A crise política brasileira de 2015-2016: diagnóstico, sequelas e profilaxia. *Relações Internacionais*, dezembro 2016, pp. 43-54.

PFEIFER, Mariana. O “social” no interior do projeto neodesenvolvimentista. *Serv. Soc. Soc.*, São Paulo, n. 120, pp. 746-766, out./dez. 2014.

SAMPAIO JR., Plínio de Arruda. Desenvolvimentismo e neodesenvolvimentismo: tragédia e farsa. *Serv. Soc. Soc.*, São Paulo, n. 112, pp. 672-688, out./dez. 2012.

SANTOS, Boaventura de Sousa. *Portugal: ensaio contra a autoflagelação*. São Paulo, Cortez, 2011.

SANTOS, Josiane Soares. Particularidades da “questão social” no Brasil: mediações para seu debate na “era” Lula da Silva. *Serv. Soc. Soc.*, São Paulo, n. 111, pp. 430-449, jul./set. 2012.

SILVA, S.S.S. Contradições da Assistência Social no governo “neodesenvolvimentista” e suas funcionalidades ao capital. *Serv. Soc. Soc.*, São Paulo, n. 113, pp. 86-105, jan./mar. 2013.

SINGER, André. *Os sentidos do lulismo: reforma gradual e pacto conservador*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

_____. O lulismo nas cordas: depois de uma década virtuosa, marcha rooseltiana perde o rumo e chega ao final de 2015 perto do colapso. *Revista Piauí*, número 111, pp. 31-35, dezembro 2015.

ZIZEK, Slavoj. *O ano em que sonhamos perigosamente*. São Paulo: Boitempo, 2012.